



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO N° DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de **debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável**.

O debate será parte da **Campanha "Junho Verde"**, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 14 de 25 de setembro de 2020, para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Rafael Zavala, Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil;
- representante Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável;
- representante Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
- representante Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda (COOPAN);
- a Senhora Bela Gil, mestre em ciências gastronómica pela Universidade do Slow Food na Itália (UNISG), bacharel em nutrição pela Hunter College chef de cozinha natural pelo Natural Gourmet Institute, vice presidente do Instituto Brasil Orgânico, ativista, escritora e apresentadora;
- representante Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

SF/21937.39093-96 (LexEdit)

JUSTIFICAÇÃO

A produção de alimentos para atender toda a população mundial é um grande desafio. Estima-se que, em 2050, a população global terá atingido a marca dos 10 bilhões de habitantes. Neste cenário, o consumo de recursos naturais, em especial a água, para atender às demandas da população global será um grande desafio. Segundo o relatório The Food Revolution (“A revolução da comida”, em tradução livre), da empresa pública suíça UBS, “existem inúmeras novas tecnologias que podem ser aplicadas para aumentar a produtividade agrícola, salvaguardando a saúde ambiental e satisfazendo as preferências dos consumidores”. Essas tecnologias incluirão soluções biológicas e verticalização da agricultura, e serão componentes da chamada 4a Revolução Industrial (big data, internet das coisas e inteligência artificial). Ainda de acordo com o relatório, a nova revolução agrícola será baseada em cinco mega-tendências: (i) economia política sob escassez, (ii) consumidor da nova geração, (iii) saúde e bem-estar, (iv) inovação digital e (v) vida sustentável.

O Brasil tem enorme potencial para se destacar no cenário global na produção de alimentos. Se houver vontade política, poderemos aproveitar nossa rica biodiversidade e a abundância de recursos naturais para desenvolver sistemas resilientes de produção de alimentos, que sejam inclusivos e abarquem a riqueza social e cultural do país. Mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 2017, 33% dos produtores rurais do Brasil concentram 77% da área total de propriedades rurais. Do outro lado, 67% dos produtores são familiares, com propriedades de até 4 módulos fiscais de área e mão de obra essencialmente familiar. Estes agricultores familiares ocupam apenas 23% da área produtiva do país. O Censo Agropecuário de 2017 também mostrou que o aumento da mecanização na agropecuária levou à redução de 1 milhão e meio de postos de trabalho no setor. A agricultura familiar emprega mais, produz alimentos saudáveis e traz benefícios ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura de base familiar é responsável por cerca de 70% da comida que chega às nossas mesas.

Apenas em 2019, tivemos mais de 400 produtos agrotóxicos liberados. De lá pra cá, esse número vem aumentando. Este número assusta, além da quantidade que representa em si, por nos fazer observar que há um claro investimento e incentivo ao uso desses produtos. Os agrotóxicos no Brasil possuem isenção fiscal e seus registros possuem validade indeterminada. Por outro lado, não vemos o mesmo empenho para fortalecer a agricultura familiar sustentável.

Nos últimos 5 anos, o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu 25%. É um dos mercados que mais cresce no mundo. Porém, não há relação entre o aumento do consumo destes produtos e o aumento da produtividade nas lavouras, ou seja, quilograma ou tonelada de produção por unidade de área. Já são cerca de 2.300 produtos registrados. Usamos 500 mil toneladas de agrotóxicos por ano, ao custo de R\$ 35 milhões, sendo 35% deste uso em plantações de milho e soja.

Em missão no Brasil, Baskut Tuncak, relator da ONU sobre liberação de venenos, disse que “o Brasil está em um caminho íngreme de regressão rumo a um futuro muito tóxico. As ações ou falta de ação do governo liberaram uma onda catastrófica de pesticidas tóxicos, desmatamento e mineração que vão envenenar as gerações futuras, caso ações urgentes não sejam adotadas”, afirmou o emissário.

Dentre os dez agrotóxicos mais utilizados no Brasil, três são proibidos na União Europeia. Um deles, à base de acefato, foi proibido em 2003 porque é extremamente neurotóxico. Em 2013, a ANVISA reavaliou este produto e o resultado foi conferido em nota técnica atestando sua neurotoxicidade. Apesar disso, o uso do acefato continua sendo permitido no Brasil. O glifosato representa # dos agrotóxicos comercializados no Brasil. A IARC (International Agency for Research on Cancer, da ONU), desde 2015, indica o produto como potencialmente

cancerígeno para seres humanos. No Brasil, foram encontradas amostras de água com limite 5 mil vezes superior ao citado pelo IARC.

Em setembro de 2019, o Ministério Público do estado de Santa Catarina encomendou uma investigação sobre a influência de agrotóxicos para as populações de abelhas. O resultado indica que 50 milhões de abelhas morreram, no estado, devido ao uso destes produtos. Santa Catarina é um dos maiores produtores de mel do país. Um dos agentes principais apontado como causador das mortes, é o fipronil, muito utilizado no cultivo da soja, proibido em países como Vietnã, Uruguai e África do Sul. Vale lembrar que as abelhas polinizam uma boa parte das espécies usadas para alimentação. Sem abelhas, não existe comida.

Teoricamente, a ANVISA realiza um programa de análise e monitoramento dos agrotóxicos no Brasil. O último programa com resultados divulgados, ocorreu em 2015, e não houve avaliação do glifosato e do 2-4D. A ANVISA realiza a avaliação apenas em produtos frescos, não considerando os industrializados, como, por exemplo, papinhas para crianças. A exemplo, no Reino Unido, este monitoramento é realizado em todos os alimentos de consumo humano infantil e adulto, e animal. Com um monitoramento ineficiente, não há dados suficiente para avaliar os riscos para saúde humana. Sem dados, fica mais fácil “defender” este modelo de agricultura. Soma-se, a isso, o desmonte em nossas instituições de pesquisa. O caminho fica livre para as maiores empresas fabricantes de agrotóxicos da Alemanha, China e Estados Unidos.

Os alimentos não são mais considerados por sua importância como base para vida humana, e se converteram em bens na bolsa de valores. Nossos recursos naturais, como nossa água, são convertidos em commodities com valores definidos em bolsas de valores em todo planeta. Não há mais a relação com a nutrição humana e a valorização dos sistemas tradicionais de cultivo e extrativismo. O Brasil importa feijão, um item tradicionalmente comum nos nossos

pratos. Em nosso país, todos os dias, 15 pessoas morrem por desnutrição, conforme dados do DataSus de 2017.

Pelo mundo, novos modelos de economia voltados para a sustentabilidade, novas lideranças e diversos avanços tecnológicos. A Alemanha pretende investir 25% do seu PIB em bioeconomia, entendendo que este será o caminho da economia do futuro. Nas convenções de clima, assistimos a jovem Greta Thunberg nos ensinando como devemos olhar para o planeta. Nos EUA, pesquisas financiadas por Bill Gates criam a chamada “carne vegana”, produzida a partir do DNA de qualquer animal, reproduzida em laboratório, sem a necessidade de criar o animal e abatê-lo.

Como vamos garantir a alimentação saudável, sem riscos à saúde humana, o acesso à água e os direitos básicos à toda a nossa crescente população, sem destruir o planeta? Por “definição”, chamamos de recursos renováveis. Mas até que ponto são renováveis? Qual o grau de resiliência dos sistemas e recursos que tanto exploramos?

Pilar Santacoloma, Oficial de Sistemas Alimentares da FAO, afirma que “a persistência da insegurança alimentar e nutricional em nível global destaca a necessidade de mudanças para sistemas alimentares sustentáveis que garantam uma dieta saudável para as gerações atuais e futuras”.

No sentido de debater os argumentos aqui apresentados, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito do Junho Verde do Senado Federal, como forma de trazer à população brasileira e aos senadores e senadoras elementos para repensarmos a produção de alimentos a nível nacional.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável.

Sala da Comissão, de de .

**Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Presidente da Comissão de Meio Ambiente**